



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

**Processo nº:** 29.445/16-e

**Jurisdicionada:** Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF

**Assunto:** Representação

**Órgão Técnico:** Núcleo de Recursos – NUREC

**MPC:** Procuradora CLAUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Advogados:** Dr<sup>a</sup>. Júlia Mezzomo de Souza (OAB/DF nº 48.898), Dr<sup>a</sup>. Larissa Benevides Gadelha Campos (OAB/DF nº 29.268), Dr. Antônio Torreão Braz Filho (OAB/DF nº 9.930) e Dr. Bruno Fischgold (OAB/DF nº 24.133)

**Sessão:** Pauta nº 32, S.O. nº 5216, de 8.7.2020

**Publicação:** DODF nº 125, de 6.7.2020, pág. 78

**Ementa:** Representação oferecida pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI, com pedido de cautelar, requerendo o reconhecimento da regularidade da vinculação dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques à tabela remuneratória fixada pela Lei nº 5.195/13.

Conhecimento da exordial, concessão de prazo à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEPLAG e ao Instituto Brasília Ambiental para manifestação e deferimento da medida cautelar para que a SEPLAG se abstinhasse de praticar atos visando ao retorno dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques à tabela remuneratória da Carreira Atividades do Meio Ambiente (Decisão nº 5.269/16-CMA). Remessa de esclarecimentos.

Improcedência da peça inaugural, considerando inadmissível a cobrança, para fins de ressarcimento ao erário, dos pagamentos a maior realizados aos Agentes de Unidades de Conservação de Parques desde a edição da Lei nº 5.195/13 e determinação à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Decisão nº 3.180/19-CMA).

Embargos de Declaração opostos pela Associação de Servidores. Desprovimento (Decisão nº 3.457/19-CMA).

Interposição de Pedido de Reexame pela Associação de Servidores. Conhecimento, com efeito suspensivo, e



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

abertura de prazo às jurisdicionadas para apresentação de contrarrazões recursais (Despacho Singular nº 515/2019-GCPM).

Expediente protocolado pela Associação de Servidores informando a publicação da Lei Distrital nº 6.448/19, de 24.12.2019, a qual vinculou os Agentes de Unidades de Conservação de Parques à carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal.

**Nesta fase:** exame do referido expediente.

**PARECERES CONVERGENTES:** extinção do recurso sem julgamento de mérito, ante a perda superveniente do objeto recursal, tornando sem efeito a determinação constante da Decisão nº 3.457/19-CMA e arquivamento dos autos.

**VOTO** de acordo, em parte, com os Pareceres, com acréscimo:

**a)** extinção do recurso, sem julgamento de mérito, ante a perda superveniente do objeto recursal e o manifesto desinteresse da ASSICCADI em prosseguir com o apelo;

**b)** manutenção da determinação constante da Decisão nº 3.457/19-CMA, por não ter sido objeto do recurso supracitado e haver, nos autos, documento protocolado e pendente de apreciação, o qual noticia a implementação das alterações solicitadas por esta Corte no sistema SIGRH;

**c)** remessa de cópia do relatório/voto ao MPDFT para fins de conhecimento, análise e adoção das providências eventualmente cabíveis acerca dos possíveis vícios de inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 6.448/19.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de Representação oferecida pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI, com pedido de cautelar, requerendo o reconhecimento da regularidade da vinculação dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques à tabela remuneratória fixada pela Lei nº 5.195/13<sup>1</sup> (e-doc F30F0FD9-c).

---

<sup>1</sup> A Lei Distrital nº 5.195/13 (alterada pela Leis nº 5.218/13 e nº 6.448/19) dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

2. Em apertada síntese, a Representante alegou o que segue:

a) desde setembro de 2013, em atenção ao disposto no art. 20 da Lei nº 5.195/13, os de Técnico de Atividades do Meio Ambiente que optaram por ficar à disposição do órgão gestor da Carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal – PJUR tiveram seus vencimentos ajustados à tabela remuneratória constante daquela lei;

b) contudo, tramita no âmbito da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEPLAG (à época) o Processo nº 410.001.137/15, cuja cópia foi juntada à Representação, no qual consta manifestação da Coordenação de Carreiras de Provimento (COCAP), chancelada pela SEPLAG, no sentido de que os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Atividades do Meio Ambiente pertencem à especialidade de Agente de Unidade de Conservação de Parques, não integrando, por conseguinte, o rol de especialidades previstas no anexo I da Lei nº 5.195/13;

c) com fundamento neste entendimento, tais servidores não fariam jus à opção pela remuneração da Carreira PGUR, razão pela qual a SEPLAG determinou a adoção das providências necessárias para que referidos servidores retornassem imediatamente à tabela de vencimentos de sua carreira de origem, o que acarretaria prejuízo financeiro aos representados;

d) todavia, defende que os Agentes de Unidades de Conservação de Parques exercem atribuições similares aos ocupantes do cargo de Técnico Agropecuário, exigindo-se, inclusive, de tais servidores, como requisito para investidura no cargo, certificado de conclusão de ensino médio e diploma de curso técnico em agropecuária;

e) assim, sustenta que não deve prevalecer o entendimento firmado pela SEPLAG, no sentido de desvincular aqueles servidores da tabela de remuneração de que trata a Lei nº 5.195/13, posto que, dada a similaridade de atribuições entre os cargos nominados, devem ser tratados como se Técnicos de Agropecuária fossem, fazendo jus aos vencimentos de acordo com a tabela constante do anexo I da Lei nº 5.195/13, desde que preenchidos os requisitos constantes do artigo 20 do referido diploma legal.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

3. Por estas razões, requereu ao Tribunal:

a) a concessão de **medida cautelar** para suspender a aplicação do entendimento firmado no âmbito do Processo nº 410.001.137/15 até ulterior deliberação desta Corte;

b) no mérito, o **reconhecimento da regularidade da vinculação** dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques **à tabela remuneratória constante da Lei nº 5.195/13** e determinada a adoção das providências cabíveis para a manutenção desse vínculo.

4. O Tribunal, na Sessão de 18.10.2016, acolhendo Voto do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, exarou a Decisão nº 5.269/16-CMA<sup>2</sup> (e-doc 373C4DD2-e), por meio da qual **deferiu a cautelar pleiteada** e concedeu **prazo** para que a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEPLAG e o Instituto Brasília Ambiental **se manifestassem** sobre os fatos narrados na exordial.

5. Após as diligências necessárias, o mérito da Representação foi examinado na Sessão de 19.9.2019, ocasião em que a Corte, acolhendo o Voto do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, proferiu a Decisão nº 3.180/19 (e-doc 57B95F69-e), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 3.180/19 (CMA)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida as Decisões nºs 1.909/2017 e 1.803/2019; II – tomar conhecimento dos Ofícios SEI-GDF nº 502/2017 – SEPLAG/GAB (e-DOC CA240961-c), nº 184/2017 – IBRAM/PRESI (e-DOC 3DDC3F96-c) e SEI-GDF nº 198/2019-GAG/CJ (e-doc 2D6BDF7C-c); III – negar provimento ao expediente protocolado pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal - ASSICCADI (e-doc F98FE964-c); IV – no mérito, ter por improcedente a Representação (e-DOC F30F0FD9-c), considerando que não*

<sup>2</sup> **DECISÃO Nº 5.296/16 (CMA):** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao voto do Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, decidiu: I – conhecer da representação oferecida pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do DF - ASSICCADI; II – deferir a medida cautelar pleiteada, para que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEPLAG se abstenha de praticar atos objetivando o retorno dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques à tabela remuneratória da Carreira Atividades do Meio Ambiente, até ulterior decisão desta Corte acerca do mérito da representação ora conhecida; III – conceder o prazo de 30 (trinta) dias à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF - SEPLAG e ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM para, nos termos do art. 195, § 6º, do RI/TCDF, apresentarem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto ao teor da citada representação; [...]”.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

*constitui ilegalidade, nem irregularidade tampouco abuso a desvinculação, determinada pelo Despacho nº 236/2016 – GAB/SAGA/SEPLAG, dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques (especialidade do cargo de Técnico de Atividades do Meio Ambiente, da carreira Atividades do Meio Ambiente do IBRAM) da tabela remuneratória da Carreira de Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal; V – considerar inadmissível a cobrança, para fins de ressarcimento ao erário, dos pagamentos a maior realizados aos Agentes de Unidades de Conservação e Parques desde a edição da Lei nº 5.195/13, tendo em conta o parágrafo único do art. 120 da Lei Complementar nº 840/2011; VI – dar ciência do teor desta decisão à representante, Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal (ASSICCADI), bem como à então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG/DF, atual Secretaria de Economia do Distrito Federal, e ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF; VII – determinar à Secretaria de Economia do Distrito Federal que efetue atualização do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), a fim de inserir no Sistema informação das especialidades, ao menos daquelas pertencentes às carreiras constantes do caput do art. 20 da Lei nº 5.195/13, uma vez que tal Lei tornou a informação da especialidade fundamental para a correta identificação da tabela remuneratória aplicável a servidores ocupantes do mesmo cargo, o que será verificado em futura auditoria; VIII – autorizar o arquivamento do feito.*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes os Conselheiros RENATO RAINHA e PAIVA MARTINS.” (grifei)*

6. Contra os termos desta última decisão, a Associação interpôs Embargos de Declaração (e-doc 6655E2DE-c), os quais foram conhecidos e, no mérito, **desprovidos** na Sessão de 8.10.2019 (Decisão nº 3.457/19-CMA, e-doc 87CEE66-e).

7. Irresignada, a Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI interpôs Pedido de Reexame (e-doc 6B89DE39-c).

8. O apelo foi conhecido, com efeito suspensivo, por meio do **Despacho Singular nº 515/2019-GCPM** (e-doc 0F798978-e), de 4.12.2019, com a abertura de prazo ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

para a apresentação de contrarrazões recursais.

9. Na sequência, foram protocolados os seguintes documentos:

a) em 21.1.2020, o Ofício nº 296/2020-SEEC/GAB (e-doc 184E3895-c) pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

b) em 5.2.2020, expediente pela ASSICCADI (e-doc 6993FE4F-c) informando a publicação da Lei Distrital nº 6.448, de 24.12.2019, a qual vinculou os Agentes de Unidade de Conservação de Parques à carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

10. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 24/2020-NUREC (e-doc 8184BFEB-e), de 13.2.2020, analisa a matéria nos termos seguintes:

*“7. As contrarrazões da Secretaria de Estado de Economia do DF foram apresentadas mediante Ofício nº 296/2020-SEEC/GAB, de 20/01/2020(Peça 126), que seriam analisadas em conjunto com o mérito do recurso anteriormente conhecido.*

*8. Nesse ínterim, foi protocolizado o expediente (Peça 127) em que a Recorrente, Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal –ASSICCADI, informa “a **perda superveniente** de objeto da presente demanda em razão da publicação da Lei Distrital nº6.448, de 24 de dezembro de 2019, que alterou a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal para a carreira **Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal**. Com a publicação da norma, os **Agentes de Unidade de Conservação de Parques**, com especialidade de Técnico de Atividades do Meio Ambiente, passam a integrar a carreira **Planejamento e Infraestrutura do Distrito Federal** (art.20 da Lei Distrital nº 6.448/2019) e, com isso, fazem jus à percepção da tabela remuneratória prevista na Lei Distrital nº5.195, de 26 de setembro de 2013. Por o escopo da presente representação ser, justamente, o reconhecimento da regularidade da vinculação dos Agentes de Unidade de Conservação de Parques a tabela de remuneração da Lei nº5.195/2013, fica clara a existência de prejudicial externa que acarreta a perda de objeto da controvérsia”.*

*9. Os autos já se encontravam neste Núcleo de Recursos –NUREC,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

*uma vez que foram encaminhados para fins de cumprimento do disposto no item IV do Despacho Singular nº 515/2019 –GCPM (Peça 119).*

### **Análise e conclusão**

*10. De fato, uma vez reconhecida a perda superveniente de objeto da pretensão recursal, pela própria Recorrente, diante da alteração do artigo 20 da Lei nº 5.195/2013<sup>3</sup>, com a redação dada pela Lei nº 6.448/2019<sup>4</sup>, nossa sugestão é que o Tribunal declare extinto o presente Pedido de Reexame, sem resolução de mérito, com o consequente arquivamento deste processo.*

*11. Nos termos do Código de Processo Civil, aqui aplicado em caráter subsidiário (artigo. 298 do RI/TCDF<sup>5</sup>), as hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito estão contempladas no artigo 485, incisos I a X.*

*12. No caso destes autos, a nosso ver, a hipótese que mais se adequa à intenção da Recorrente, ante a patente perda superveniente do objeto recursal, diz respeito à verificação da ausência de interesse processual, disposta na parte final do inciso VI do artigo 485 do CPC<sup>6</sup>.*

*13. A despeito disso, cabe observar que o entendimento plenário veiculado pela Decisão nº 3180/2019 (Peça nº 102) permanece hígido, vez que adotado à época da vigência da redação original do artigo 20 da Lei nº 5.195/2013. Por outro lado, perde-se objeto a determinação contida no item VII daquela deliberação, motivo pelo qual apresentaremos sugestão para que tal item seja tornado sem efeito.”*

11. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

<sup>3</sup> Dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e dá outras providências. (...) Art. 20 (redação original) “Fica estabelecida, na forma dos Anexos III e IV, a contar das datas neles especificadas, a tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores integrantes das carreiras Assistência à Educação, Assistência Pública à Saúde, Atividades Culturais, Políticas Públicas e Gestão Governamental, Atividades de Trânsito, Atividades do Meio Ambiente, Atividades Rodoviárias, Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, Pública de Assistência Social e Servidores da Procuradoria, pertencentes às especialidades constantes no Anexo I desta Lei, observado, ainda, o nível de escolaridade, a jornada de trabalho e, nos casos especificados no edital normativo do concurso, o registro no Conselho de Classe”.

<sup>4</sup> Art. 20 Os servidores ocupantes dos cargos das carreiras Assistência à Educação, Assistência Pública à Saúde, Atividades Culturais, Políticas Públicas e Gestão Governamental, Atividades de Trânsito, Atividades do Meio Ambiente, Gestão e Fiscalização Rodoviária, Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, Pública de Assistência Social e Apoio às Atividades Jurídicas, pertencentes às especialidades constantes no Anexo I desta Lei, **passam a integrar a carreira Planejamento e Infraestrutura do Distrito Federal**. (Artigo alterado pela Lei 6448 de 23/12/2019)

<sup>5</sup> Art. 298. Aplicam-se subsidiariamente no Tribunal as disposições das normas processuais em vigor, no que couber.

<sup>6</sup> Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI -verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

*“I. tomar conhecimento:*

*a) do Ofício nº 296/2020-SEEC/GAB, de 20/01/2010 (Peça 126), e do expediente da Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI (Peça 127);*

*b) da Informação nº 024/2020-NUREC;*

*II. com fundamento no artigo 485, inciso VI, in fine, do Código de Processo Civil c/c o artigo 298 do RI/TCDF, declarar extinto o Pedido de Reexame interposto em face da Decisão nº 3180/2019 (Peça nº 102), sem resolução de mérito, considerada a perda superveniente do objeto recursal, em virtude da alteração do artigo 20 da Lei nº 5.195/2013, com a redação dada pela Lei nº 6.448/2019;*

*III. em consequência, tornar sem efeito a determinação contida no item VII da Decisão nº 3180/2019;*

*IV. autorizar:*

*a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida:*

*1) à Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCAD, na pessoa de seus representantes legais;*

*2) à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;*

*3) ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF;*

*b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para as devidas providências e posterior arquivamento do feito.”*

## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 433/2020-CF (e-doc 4B006397-e), de 26.5.2020, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce às sugestões da Unidade Instrutória.

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

### VOTO

13. Nesta fase, examina-se o expediente protocolado pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI (e-doc 6993FE4F-c) comunicando, em suma, o seu desinteresse em prosseguir com o Pedido de Reexame interposto em face da Decisão nº 3.180/19-CMA, ante a publicação da Lei Distrital nº 6.448, de 24.12.2019.

14. Este diploma legal alterou a Lei Distrital nº 5.195/13 para, entre outras medidas, vincular os Agentes de Unidades de Conservação de Parques, até então especialidade do cargo de Técnico de Atividades do Meio Ambiente, da carreira Atividades do Meio Ambiente do IBRAM/DF, à carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal.

15. A Unidade Instrutória, com aquiescência do **Parquet** especializado, sugere ao Tribunal que:

a) declare extinto, sem resolução de mérito, o Pedido de Reexame interposto pela Associação em face da Decisão nº 3.180/19-CMA;

b) torne sem efeito a determinação de que trata o inciso VII da Decisão nº 3.180/19-CMA;

c) dê ciência da decisão que vier a ser proferida às jurisdicionadas e à Associação;

d) autorize o arquivamento dos autos.

16. Passa-se à apreciação, precedida de breve contextualização da matéria.

17. A Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI protocolou representação, com pedido de cautelar, requerendo o reconhecimento da regularidade da vinculação dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques à tabela remuneratória fixada pela Lei nº 5.195/13<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A Lei Distrital nº 5.195/13 (alterada pela Leis nº 5.218/13 e nº 6.448/19) dispõe sobre a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

18. Ao exarar a Decisão nº 3.180/19-CMA, a Corte:

- cotejando as informações contidas na exordial com aquelas apresentadas pelas jurisdicionadas em suas manifestações, julgou improcedente a Representação, por não constatar ilegalidade, irregularidade ou abuso na desvinculação, determinada pelo Despacho nº 236/2016 – GAB/SAGA/SEPLAG, dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques da tabela remuneratória fixada pela Lei Distrital nº 5.195/13, relativa à carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal (**inciso IV**);

- sem prejuízo a este entendimento, considerou inadmissível a cobrança, para fins de ressarcimento ao erário, dos pagamentos a maior realizados aos referidos Agentes de Unidades de Conservação de Parques desde a edição da Lei Distrital nº 5.195/13, tendo em conta o parágrafo único do art. 120 da Lei Complementar nº 840/11 (**inciso V**);

- determinou à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que efetuasse a atualização do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, uma vez que Lei Distrital nº 5.195/13 tornou a informação da especialidade, ao menos daquelas pertencentes às carreiras constantes do **caput** do art. 20, fundamental para a correta identificação da tabela remuneratória aplicável a servidores ocupantes do mesmo cargo, o que será verificado em futura auditoria (**inciso VII**).

19. Irresignada com os termos da deliberação, a ASSICCADI interpôs Pedido de Reexame requerendo o reconhecimento da *“constitucionalidade e legalidade da vinculação dos Agentes de Unidades de Conservação de Parques à tabela remuneratória do cargo de Técnico de Planejamento e Gestão Urbana e Regional do DF, autorizada pelo art. 20 da Lei Distrital n. 5.195/2013”* (e-doc 6B89DE39-c, fl. 10).

20. Inobstante, previamente à análise da peça recursal, a entidade protocolou expediente, por meio do qual expressa o seu desinteresse em prosseguir com o apelo, tendo em vista a publicação da Lei Distrital nº 6.448/19.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

21. Da leitura do art. 20<sup>4</sup> c/c o Anexo I do diploma legal extrai-se que os Agentes de Unidade de Conservação de Parques, até então vinculados à carreira Atividades do Meio Ambiente, passaram a integrar a carreira Planejamento e Gestão Urbana e Infraestrutura do DF, fazendo jus à respectiva tabela remuneratória, satisfazendo, assim, o pleito da Associação.

22. Deste modo, não há reparos às sugestões dos Pareceres no que tange à extinção do Pedido de Reexame, sem julgamento de mérito, em face das informações juntadas pela entidade, as quais comprovam o seu desinteresse em prosseguir com a peça recursal.

23. No entanto, deixa-se de acolher a proposta de tornar sem efeito a determinação concernente ao inciso VII da Decisão nº 3.180/19-CMA, visto que não foi objeto do recurso. Ademais, pende de exame o Ofício SEI-GDF nº 811/2018-SEPLAG/GAB (e-doc A71CA309-c), no qual consta que alteração solicitada por esta Corte teria sido implementada no SIGRH em junho de 2015.

24. Superadas estas questões, há indícios de que o art. 20 da Lei Distrital nº 6.448/19 possa padecer de vícios de constitucionalidade, pois, como resultado de sua aplicação, houve a possível transposição de número não informado de servidores – até então ocupantes de cargos diversos, nas especialidades nominadas no Anexo I da norma, e integrantes de 10 (dez) carreiras distintas – para os cargos de Analista e Técnico de Planejamento Urbano e Infraestrutura da carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal, com possível incremento remuneratório.

25. Pela pertinência, reproduz-se a seguir as principais alterações introduzidas pela Lei Distrital nº 6.448/19:

Redação Anterior (Lei Distrital nº 5.195/13)	Redação Atual (Lei Distrital nº 6.448/19)
Art. 20. <b>Fica estabelecida, na forma dos Anexos III e IV, a contar das datas neles especificadas, a tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores integrantes das carreiras</b> Assistência à Educação, Assistência Pública à Saúde, Atividades Culturais, Políticas Públicas e Gestão Governamental, Atividades de Trânsito, Atividades do Meio Ambiente, Atividades Rodoviárias, Desenvolvimento e Fiscalização	Art. 20 <b>Os servidores ocupantes dos cargos das carreiras</b> Assistência à Educação, Assistência Pública à Saúde, Atividades Culturais, Políticas Públicas e Gestão Governamental, Atividades de Trânsito, Atividades do Meio Ambiente, Gestão e Fiscalização Rodoviária, Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, Pública de Assistência Social e Apoio às Atividades

<sup>4</sup> Art. 20 **Os servidores ocupantes dos cargos das** carreiras Assistência à Educação, Assistência Pública à Saúde, Atividades Culturais, Políticas Públicas e Gestão Governamental, Atividades de Trânsito, **Atividades do Meio Ambiente**, Gestão e Fiscalização Rodoviária, Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, Pública de Assistência Social e Apoio às Atividades Jurídicas, **pertencentes às especialidades constantes no Anexo I desta Lei, passam a integrar a carreira Planejamento e Infraestrutura do Distrito Federal.**

No Anexo I, consta o cargo de Técnico de Planejamento Urbano e Infraestrutura – Especialidade Agente de Unidade de Conservação de Parques.

Disponível em [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/75146/Lei\\_5195\\_26\\_09\\_2013.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/75146/Lei_5195_26_09_2013.html)



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

Agropecuária, Pública de Assistência Social e Servidores da Procuradoria, <b>pertencentes às especialidades constantes no Anexo I desta Lei, observado, ainda, o nível de escolaridade, a jornada de trabalho e, nos casos especificados no edital normativo do concurso, o registro no Conselho de Classe.</b>	Jurídicas, <b>pertencentes às especialidades constantes no Anexo I desta Lei, <u>passam a integrar a carreira Planejamento e Infraestrutura do Distrito Federal.</u></b>
§ 1º Os servidores alcançados pelo disposto no caput ficam reposicionados na nova tabela, independentemente de aferição de mérito, de acordo com o tempo de serviço no cargo e na especialidade em questão, observado como parâmetro um padrão para cada doze meses de efetivo exercício.	§ 1º A alteração de que trata o caput não altera o posicionamento dos servidores que já se encontram percebendo na tabela remuneratória da carreira de que trata esta Lei.
§ 2º Os servidores abrangidos por este artigo não fazem jus, em nenhuma hipótese, a qualquer gratificação específica das carreiras que integram.	§ 2º É vedado aos servidores abrangidos por este artigo perceber qualquer parcela remuneratória, benefício e vantagem que não seja inerente à carreira de que trata esta Lei.
§ 3º A partir da publicação desta Lei, tornam-se desnecessárias as especialidades constantes no Anexo I desta Lei das carreiras mencionadas no caput.	§ 4º As especialidades constantes do Anexo I são exclusivas da carreira Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal. § 5º O disposto no § 4º não se aplica à carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos.
Art. 21. Fica estendida aos servidores das carreiras citadas no art. 20 pertencentes às especialidades constantes no Anexo I desta Lei a GHPU, observadas as regras de concessão e as datas de vigência constantes no art. 17.	Artigo mantido, com a mudança da nomenclatura dada à gratificação: Art. 6º A Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano - GHPU, criada pela Lei nº 5.195, de 2013, passa a denominar-se Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano e Infraestrutura – GHPUI.
Art. 23. Aplica-se o disposto nesta Lei, no que couber, aos servidores aposentados e aos beneficiários de pensão vinculados às carreiras aqui tratadas.	Art. 23. Aplica-se o disposto nesta Lei, inclusive o disposto no art. 20, aos servidores aposentados e aos beneficiários de pensão vinculados às carreiras aqui tratadas cujos proventos tenham paridade com os servidores ativos.
Dispositivo similar inexistente	Art. 4º <b>Os cargos dos servidores pertencentes às carreiras mencionadas no art. 20, caput, da Lei nº 5.195, de 2013, ficam vagos, podendo ser ocupados, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, por especialidade diversa das de que trata o Anexo Único desta Lei.</b>

26. Relativamente ao tema, relembra-se que os arts. 20 e 21 da Lei Distrital nº 5.195/13 foram examinados no bojo do Processo nº 3.872/15-e<sup>5</sup>, não sendo vislumbrados vícios de constitucionalidade, mormente ante a ausência de elementos para comprovar a ocorrência de indevida transposição de servidores à época (Decisão nº 4.456/17-CIMF<sup>6</sup>).

<sup>5</sup> O Processo nº 3.872/15-e cuidou do exame da Representação nº 3/2015-MF sobre possíveis irregularidades em pagamento de pessoal realizados com fulcro nos arts. 20 e 21 da Lei Distrital nº 5.195/13, que teve por objeto a reestruturação da carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal.

<sup>6</sup> **Decisão nº 4.456/17-CIMF:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – considerar, mesmo que se examinasse os atos praticados no caso concreto, improcedente a representação em exame, porquanto não se vislumbra quaisquer vícios de inconstitucionalidade presentes nos artigos 20 e 21 da Lei n.º 5.195/2013; III – dar ciência desta decisão ao Excelentíssimo



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

27. Contudo, a nova redação dada pela Lei Distrital nº 6.448/19 ao art. 20 da Lei Distrital nº 5.195/13 se distancia da anteriormente analisada por esta Corte de Contas, aproximando-se das características condizentes com o instituto da transposição, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.

28. A uma, houve provimento de cargo diferente do anteriormente ocupado por meio de prévio concurso público e em carreira diversa. A duas, não foram extintos os respectivos cargos nas carreiras de origem, os quais estão vagos, havendo a previsão de que possam ser ocupados por outras especialidades (vide art. 4º da Lei Distrital). A três, não foi demonstrada a similaridade das atribuições entre os cargos e especialidades das diversas carreiras atingidas e os estabelecidos na nova carreira à qual os servidores foram vinculados por força do diploma legal, pois, conquanto afirmação nesse sentido integre a Exposição de Motivos que acompanhou o Projeto de Lei nº 823/19<sup>7</sup>, não há, no documento, quadro comparativo ou demonstrativo similar capaz de comprovar de maneira incontroversa a alegada similaridade.

29. Ante o exposto, faço acréscimo às proposições para que cópia deste Relatório/Voto seja encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT para adoção das medidas eventualmente cabíveis, consoante precedentes desta Corte (Decisão nº 5.590/15-CIMF<sup>8</sup>, proferida no Processo nº 11.814/14 e Decisão nº 2.910/17-CPT<sup>9</sup>, proferida no Processo nº 28.503/16).

Feitas estas considerações, de acordo, em parte, com os Pareceres, VOTO, com acréscimo, no sentido de que o Tribunal:

I. conheça:

---

*Senhor Governador do Distrito Federal, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, à digna representante e à Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e a CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI; IV – autorizar o arquivamento dos autos. Presidiu a sessão a Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE."*

<sup>7</sup> Disponível em <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-1!823!2019!visualizar.action>

<sup>8</sup> **Decisão nº 5.590/15-CIMF:** "O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] IX – autorizar: [...] b) o envio do relatório/voto do Relator ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para fins de conhecimento, análise e adoção das providências eventualmente cabíveis acerca do possível vício de inconstitucionalidade contido no artigo 36 da LC n.º 395/2001; [...]"

<sup>9</sup> **Decisão nº 2.910/17-CPT:** "O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – autorizar: a) o envio da cópia de inteiro teor do relatório/voto do Relator ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para fins de conhecimento, análise e adoção das providências eventualmente cabíveis acerca dos possíveis vícios de inconstitucionalidades e/ou ilegalidades contidos no Decreto nº 37.506/16; [...]"



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc. 29.445/16-e

a) do Ofício nº 296/2020-SEEC/GAB (e-doc 184E3895-c);

b) do expediente protocolado pela Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI (e-doc 6993FE4F-c);

II. declare extinto, com fundamento no artigo 485, inciso VI, **in fine**, do Código de Processo Civil c/c o artigo 298 do RI/TCDF, o Pedido de Reexame interposto em face da Decisão nº 3.180/19 (e-doc 6B89DE39-c), sem resolução de mérito, considerada a perda superveniente do objeto recursal e o manifesto desinteresse da Associação em prosseguir com o apelo, ante a alteração do artigo 20 da Lei Distrital nº 5.195/13 promovida pela Lei Distrital nº 6.448/19;

III. dê ciência da decisão que vier a ser proferida à Associação dos Servidores dos Sistemas CAU e CONFEA da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal – ASSICCADI, na pessoa de seus representantes legais, à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal;

IV. autorize:

a) o envio de cópia deste relatório/voto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, para fins de conhecimento, análise e adoção das providências eventualmente cabíveis acerca dos possíveis vícios de inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 6.448/19;

b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para a adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2020.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição antecipada